5

6

7

9

10

11

12

13

14

15

16 17

18

19

20

21

22

23

24

25

26 27

28

29

30

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF.

ATA DA 87ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 04/09/2019

Agenda da Reunião:

Agenda da Reuniao.			
ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2 .	8.30	Abertura e Apresentação dos Novos Conselheiros	Secretaria Executiva
3	8.50	Aprovação da Pauta	Presidente do CEDRAF e secretário da agricultura Norberto Ortigara
4	9.00	Aprovação da ATA 86º	Presidente do CEDRAF e secretário da agricultura Norberto Ortigara
5	9.30	Apresentação do programa Estadual de cooperativismo	Rubens Ernesto Niederheitmann - Diretor SEAB
6	10.00	Apresentação do programa Estadual de Irrigação	Benno Henrique Weigert Doetzer - EMATER
7	10.30	Encaminhamento do Seminário de ATER	Miriam Fuckner
8	10.45	Apresentação da Rede RELASER e aprovação do CEDRAF para o PR integrar a Rede	Hur Ben - EMATER
9	11.15	Informações da secretaria executiva	Miriam Fuckner
10	11.30	Informes do Secretário da Agricultura e do abastecimento e Presidente do CEDRAF	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
11	12.00	Assuntos Gerais	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
12	12.30	Encerramento	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, realizou-se a octogésima sétima reunião ordinária do CEDRAF, nas dependências do Instituto Emater, no município de Curitiba - Paraná. Item 1. Credenciamento: Presentes vinte e dois conselheiros sendo onze conselheiros governamentais e onze sociedade civil: Conselheiros da Sociedade Civil: Domitila Souza Santos - CEAGRO, Aurélio Munhoz - AMP, Marcio Alberto Challiol - Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica, Olcimar da Rosa – CCA/PR, Bernardo Vergopolen – FETRAF, Nilson Hanke Camargo - FAEP, Antônio Vaz Filho - APPA, Luiz Alfredo Slusarz -ECO VIDA, Maria Izabel Rosa Guimarães - SEBRAE, José Amauri Denck - FETAEP, Amadeu Antônio Bonato - DESER, Conselheiros do Poder Público: Guilherme Schnell e Schuhli – EMBRAPA, Norberto Ortigara – SEAB, Carlos Henrique Boscardin Nauiack – SETI, Everton de Oliveira - SEJUF, Alexandre Augusto Ramos de Faria - MAPA, Ana Sueli Vandresen - SEED, Carlos Alberto Cardoso - CONAB, Nestor Bragagnolo - SEPL, Rogerio Rodrigues - INCRA/PR Sergio Augusto Guarienti - EMATER, também participou o conselheiro suplente do MAPA Dant Danilo de Oliveira Macedo - MAPA/SFA-PR. Participaram como convidados: Rubens Ernesto Niederheitmann – SEAB, Benno Henrique Weigert Doetzer – EMATER, Jacir do Amaral – APPA. Item 2 Abertura e apresentação dos novos conselheiros: O Presidente do CEDRAF fez a abertura da reunião e solicitou que os conselheiros fizessem auto apresentação, considerando o grande número de novos conselheiros. Item 3 - Aprovação da Pauta: foi aprovada. Item 4 Aprovação da Ata da 86ª Reunião do CEDRAF a qual foi enviada anteriormente por meio eletrônico, foi aprovada sem alterações. Item 5 - Apresentação do Programa Estadual de Cooperativismo pelo Diretor da SEAB Rubens Ernesto Niederheitmann que apresentou as justificativas do programa, destacando-se entre elas o fato de apenas trinta e quatro por cento dos agricultores do estado estarem associados as cooperativas; na área de grãos sessenta por cento dos agricultores são cooperados, mas nos demais produtos a organização é muito frágil; dados do IBGE do





último senso apontam que quarenta e seis por cento dos estabelecimentos no estado tem menos de dez hectares e não produzem em escala e o agricultor nesta situação necessita estar organizado para enfrentar o mercado; existe um grande número de cooperativas que estão em estágio inicial e necessitam de apoio efetivo na gestão, estruturação e participação do quadro social; falta uma maior difusão da cultura do cooperativismo na agricultura familiar, pois de forma geral existe muito individualismo e eles acabam dependentes do atacadista que está mais estruturado e melhor organizado, tanto para comercializar a produção como para adquirir insumos. Rubens esclarece que o Programa dará ênfase às cooperativas porque com elas existe a possibilidade de uma evolução maior que nas associações, sendo que estas possuem limitações para captação de recursos e financiamentos. O objetivo geral do programa é fortalecer as cooperativas da agricultura familiar do Paraná com ações integradas entre o setor público e privado. Quanto aos objetivos específicos está assessorar e acompanhar as cooperativas, identificando pontos de estrangulamento, potencialidades e estratégicas buscando soluções para que melhorem sua performance. As grandes cooperativas existentes hoje foram acompanhadas por algumas organizações federais e estaduais como o INCRA, a Secretaria da Agricultura e EMATER que tiveram uma atuação decisiva nessas cooperativas, trabalhando na organização do quadro social e no assessoramento às diretorias e hoje elas são grandes potencias e multinacionais. São também objetivos específicos, qualificar a gestão através da capacitação de dirigentes, técnicos e colaboradores; aprimorar e modernizar os processos administrativos das cooperativas acompanhadas; incentivar e ampliar a participação de cooperados de forma efetiva na viabilização da cooperativa e no desenvolvimento de novas lideranças; melhorar a eficácia comercial dessas cooperativas o departamento comercial e a infraestrutura das cooperativas facilitando o acesso ao crédito para custeio e investimentos. O Programa é dirigido às cooperativas com sede no Paraná, com DAP jurídica cujo faturamento anual não ultrapasse a vinte milhões, sendo que este limite foi colocado por tratar-se de um recurso subsidiado. Tem como meta assessorar cem cooperativas da agricultura familiar nos próximos quatro anos; implementar dez bases de serviços e/ou núcleos de acompanhamento e apoio as cooperativas, que funcionarão como um comitê gestor regionalizado, integrando as entidades existentes, como universidades que trabalham na área de cooperativismo, o SEBRAE, UNICAFES, FETRAF, FETAEP, CCA e outras entidades que podem se agregar. Ainda tem como metas capacitar trezentos dirigentes (diretores e conselheiros) em temas como visão estratégica, gestão cooperativa, comercialização e acesso ao mercado; capacitar duzentos agentes de cooperativismo, mil jovens e mulheres, cem técnicos da ATER pública e privada em organização rural com ênfase no cooperativismo, em processos administrativos, contábeis e financeiros, para dar assessoria às cooperativas; capacitar oito mil cooperados em temas relacionados a educação cooperativa e os processos de produção por meio de eventos de mobilização como seminários, reuniões técnicas, dias de campo, oficinas, excursões, entre outros; apoiar entre oitenta a cento cinquenta cooperativas da agricultura familiar disponibilizando recursos financeiros não reembolsáveis através de editais de chamamento público e/ou concessão de financiamentos de custeio e investimento; apoiar cem cooperativas na elaboração de planejamento estratégico para quatro anos e nos planos de gestão e de negócios a cada dois anos. A estratégia está distribuída em quatro eixos de atuação, sendo a primeira o acompanhamento técnico-gerencial às cooperativas, onde inicialmente será feito diagnóstico e mapeamento situacional de cada área da organização, também será elaborado um banco de dados sobre a realidade, através de um cadastro que deverá ser atualizado de forma permanente; atuar no processo de planejamento e gestão da cooperativa; assessoria na parte administrativa, contábil e financeira; apoiar na elaboração de projetos de investimento e custeio, visando captar recursos; desenvolver uma metodologia de trabalho, de forma que o Estado possa ter uma padronização na ação do setor público e privado, trabalhado na mesma direção para fortalecimento de todo o sistema. A segunda estratégica está focada na formação e capacitação de técnicos, dirigentes e cooperados. A terceira estratégia está ligada à comercialização e acesso a mercados, onde irá realizar ou promover atividades entre as cooperativas e os diversos órgãos públicos, no intuito de inserir ou ampliar as oportunidades de comercialização nos mercados institucionais; apoiar atividades entre as cooperativas e os atores da iniciativa privada, visando ampliar a comercialização dos produtos e o acesso a novos mercados consumidores, praticando a inter

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85





cooperação; apoiar na elaboração e confecção de materiais de divulgação e promoção comercial, bem como de identidade visual como rótulos, marcas, informações nutricionais, entre outros, das cooperativas e dos seus produtos. A quarta estratégia é a de políticas e instrumento de apoio financeiro, sendo que a SEAB está negociando com os agentes financeiros, linhas de microcrédito e financiamento com juros reduzidos ou com bônus de adimplência para investimento em infraestrutura e capital de giro, disponibilizar recursos não reembolsáveis para cooperativas de pequeno porte. Ainda nesta etapa será elaborado um estudo para implementar políticas de apoio fiscal e tributário, em negociação com a Secretaria da Fazenda visando beneficiar a agricultura familiar. A operacionalização se dará em duas etapas, sendo que a primeira prevê o cadastramento das cooperativas, a organização de uma base de dados pública e oficial juntando todas as informações disponíveis para aperfeiçoar o diagnóstico de cada organização. Ainda nesta etapa será emitido o atestado de cadastramento, sendo disponibilizado um link no site da Secretaria da Agricultura para que todas as cooperativas preencham seus cadastros, e com isso venham ter acesso não só a política de cooperativismo, mas também aos outros programas que serão desenvolvidos. A segunda etapa será o acompanhamento técnico às cooperativas, os processos de capacitação e o acesso a recursos financeiros. No orçamento foram estimados sessenta milhões para quatro anos, destinados ao crédito para capital de giro, cotas partes, investimento e custeio, estando em negociação com o BRDE, a Agência de Fomento e com o Tribunal de Contas a reativação do fundo de aval. Estão destinados cinco milhões de reais para equalização de juros, e trinta milhões do tesouro mais dez milhões do BNDES para chamamento público de projetos com recursos não reembolsáveis. Também foram destinados oito milhões para capacitação e dezoito milhões para contratação de ATER a exemplo do Mais Gestão que está sendo executado pela Emater e Adeop. A Secretaria de Estado da Agricultura - SEAB será a coordenadora do programa, a EMATER e a ADEOP prestarão o serviço assistência técnica às cooperativas, a Agência de Fomento e o BRDE são os agentes financeiros, também são parceiras OCEPAR, SESCOOP, UNICAFES, CCA, SEBRAE, FAEP, SENAR, FETAEP e FETRAF, sendo que a qualquer momento outros parceiros poderão apoiar o programa. A estrutura de gerenciamento do programa se dará em nível estadual pelo DEAGRO na SEAB, no nível Regional pela Emater através dos coordenadores regionais de cooperativismo e no municipal pelos técnicos de base da Emater e da iniciativa privada, sendo que a ação será executada através de Planos Operativos Anuais, os quais apontarão as demandas de recursos e irão atender as deliberações do Comitê Gestor do Programa. Também poderá ser criada uma Câmara Técnica no CEDRAF, para que maior número de entidades possam participar. Para concluir Rubens destaca que aproximadamente quarenta mil agricultores compõe cento e setenta e cinco cooperativas no segmento de pequenos agricultores, com faturamento estimado de quatrocentos e trinta milhões de reais por ano e com este Programa, o Estado dá um importante passo para apoiar este segmento. Todos os agentes públicos e privados são chamados a se engajar nesta proposta para, num esforço conjunto, alavancar este setor, porém, mais importante do que o apoio governamental, é o envolvimento e o comprometimento dos agricultores e lideranças nesta empreitada. O compromisso, lealdade, profissionalismo e evolução técnica e cooperativismo exige: administrativa permanentes, para o seu crescimento e sem estes quatro pontos, de nada adianta apoio, recursos, envolvimento de governo e parceiros. Nilson da FAEP questiona o 131 índice apresentado de trinta e quatro por cento dos agricultores que são cooperados, 132 enfatizando que isso seria na área de pequenas cooperativas, porque no segmento patronal noventa por cento dos agricultores rurais são associados. Rubens esclarece que este é um 133 134 dado do IBGE que representa o total de agricultores. Nilson da FAEP pergunta sobre o engajamento da OCEPAR ao programa, pois a sua participação é fundamental. Rubens 135 responde que a OCEPAR foi a primeira organização a ser procurada além da UNICAFES que 136 propôs ideia inicialmente, sendo que a duas estão juntas no Programa. A OCEPAR irá 137 contribuir na capacitação e já aconteceu o primeiro treinamento de técnicos da EMATER. 138 Nilson sugere que sejam criados critérios para as cooperativas acessarem o programa de 139 crédito, e Rubens esclarece que será feito um credenciamento das cooperativas e uma 140 certificação de capacitação mínima na área gerencial dos dirigentes. Para o edital que foi 141 142 lançado os dirigentes deverão fazer capacitação em noções básicas de cooperativismo e utilização do recurso, que é público e não precisa devolver, mas tem de aplicar corretamente. 143 144

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126 127

128

129





Bernardo da FETRAF reforça a sugestão para a criação da Câmara técnica de cooperativismo no CEDRAF, ampliando a participação com as universidades e os institutos federais. Aurélio Munhoz da AMP parabeniza o programa de merenda orgânica escolar e o de cooperativismo, ambos importantes para o Paraná e solicita o envio do plano para apresentar às prefeituras. Enfatiza que além da AMP existem dezenove associações regionais de municípios no estado, sendo importante integrá-los no processo e informar sobre o plano e assim contribuírem na execução junto aos cooperados. Informa que no dia vinte e seis de outubro será lançado os dados do censo agropecuário do Paraná com dados importantíssimos para subsidiar as informações a respeito do setor. Sergio Guarienti da EMATER ressalta que o Estado está fechando a Lei Orçamentaria Anual que determina os recursos que serão necessários para o próximo ano e que a Emater incluiu no PPA um projeto atividade que é o de Gestão de ATER e Formação, com a intenção de dar suporte financeiro para a formação de profissionais, ampliando e qualificando a ATER no estado. Rubens confirma que a SEAB está fechando a LOA, definindo recursos para viabilizar a capacitação dos dirigentes, para fomento, difusão, articulação e diferentes metodologias de trabalho, mas a EMATER também precisa prever porque tem o papel importante de articular de ATER. O Presidente do CEDRAF Norberto Ortigara reforça que o edital para as cooperativas já foi lançado e que o prazo é curto, para que os recursos pudessem ser empenhados ainda este ano. Fala do Fundo de Combate à Pobreza, o qual possui três finalidades básicas: quarenta por cento vai para a política de segurança e ações sociais, quarenta por cento destinado à política de habitação popular e vinte por cento para política de segurança alimentar, ou seja, produzir, processar, distribuir comida para populações em vulnerabilidade. Sobre as Instruções Normativas do Leite (INs 76 e 77), lembra que já estão vigorando os novos padrões de qualidade e muitos produtores poderão ser excluídos. No sul do Brasil está começando a sobrar leite e se não processar de alguma forma, ou mesmo exportar, haverá redução do número de produtores. Sobre o Decreto da Merenda Escolar Orgânica, enfatiza que até dois mil e trinta existe a oportunidade de fornecer cem por cento da merenda orgânica, porém não se tem produção para isso, mesmo o Paraná sendo o principal produtor de orgânico há muito trabalho a ser feito. É uma oportunidade porque vai pagar ao agricultor em transição dez por cento a mais e no certificado trinta por cento a mais por tanto vai estimular a produção. No SEAGRI existe uma autarquia que faz agroecologia, porém não possui estrutura de funcionamento, e que no esforço de redistribuição entre EMATER e IAPAR haverá um grupo focado em agroecologia em todas as regiões do estado. Já começa com a bacia do Miringuava, com doze mil hectares, com forte tendência para a agricultura mais limpa de transição ou orgânica, envolvendo EMATER, SANEPAR, e as fundações Boticário e Renault. O programa da merenda orgânica exigirá do Estado no primeiro ano dez milhões a mais e no ano dez, cento e quinze milhões a mais. Domitila Souza Santos, representante do CEAGRO, pergunta como ficará a relação com as entidades de ATER privada que também prestam orientação em produção agroecológica. Rubens responde que está se fazendo uma gestão junto ao MAPA para ampliar o volume de recursos para a ATER que possam ser acessados pelo setor privado. O Secretário Norberto informa que irá negociar com o Secretário da Fazenda o orçamento da SEAB para o próximo ano, sobre o qual houve um corte significativo, e vai verificar a possibilidade de fazer chamada de ATER. Item 6 - Apresentação do Programa Estadual de Irrigação. Norberto Ortigara relata sobre as perdas de produção causadas pela escassez de água e que após visitar algumas experiencias exitosas como a do Paranapanema/SP, o Paraná vai lançar um programa de apoio e estímulo a irrigação, primeiramente, na região do arenito, chamando Benno Henrique Weigert Doetzer, coordenador do Programa Estadual de Irrigação na EMATER para apresentar. Benno informa que o programa será lançado no próximo dia doze, mas ainda existem alguns pontos sobre a operacionalização que necessitam ser ajustados. No Paraná a área irrigada é de aproximadamente cento e sessenta mil hectares, em torno de um e meio por cento da área cultivada, principalmente em olericultura, arroz e fruticultura. Não se tem muita certeza destes dados pois não há controle, sendo que um dos grandes entraves na irrigação é a questão de licenciamento ambiental e outorga de água, levando à uma clandestinidade muito grande. Benno apresentou um breve histórico dos programas de irrigação e drenagem executados no Estado, desde a década de oitenta, como o PROID, em dois mil e dois o PIN que tinha por base a redução do custo da energia elétrica utilizada no período noturno. O Paraná não é um

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200





estado que apresenta problemas relacionados a falta de água, com exceção de períodos críticos em que ocorrem falta de chuvas, sendo que historicamente a Região do Arenito é onde mais falta água. O Programa se justifica por promover a segurança e o aumento na produção e atender culturas críticas como aquelas que qualquer deficiência causa prejuízo, acontecendo muito na oleicultura. São premissas do programa, a irrigação não é o fim em sim mesma, mas uma ferrramenta para promover o desenvolvimento regional e estar atrelada a alguma atividade na cadeia produtiva; uso racional dos recursos naturais, especialmente a água; parceria com o setor privado, pois não é o Estado que vai desenvolver e nem pagar, e sim atuar mais como gestor e indutor do processo. Os eixos estratégicos são redução de custo, baratear o crédito rural, dar agilidade na área ambiental, sendo a principal queixa do setor produtivo e reduzir custos da energia. Para isso está negociando com a SEFA a isenção de ICMS, reduzindo a alíquota média dos equipamentos de irrigação de doze por cento para zero, as operações de venda serão diferidas, ou seja, com isenção na venda, pois o imposto será cobrado depois da produção agrícola, sendo que estas medidas precisam ser aprovadas no CONFAS, órgão federal que reúne todas as Secretarias de Fazenda, e o Paraná tem um acordo com Santa Catarina e Rio Grande do Sul para evitar guerra fiscal entre os três, sendo que um estado não pode propor algo que outro não concorde. Sobre a equalização dos juros não é dinheiro subsidiado, mas dar um desconto na taxa de juros entre um a três por cento, dependendo da categoria do produtor, com limite individual cem mil reais por CPF acumulado ao longo do projeto, e quem vai operar será a Fomento Paraná e o BRDE. Para dar agilidade na área ambiental será feita uma revisão da resolução vigente do licenciamento ambiental, que foi elaborada especificamente para o PIN, sendo sugerido ao IAP adotar os critérios do CONAMA, onde para áreas até cinquenta hectares, o órgão ambiental pode definir procedimentos simplificados e no caso do Paraná, pode ser a dispensa de licenciamento, continua valendo o cadastro com sua a normatização mas fazer o plano técnico, de forma a otimizar o trabalho e o recurso, deixando o que não for trabalho essencialmente técnico de análise ambiental ou outorga de água, qualquer agente público poderá fazer através de vistoria previa, sendo que além do Instituto de Águas Paraná, a SEAB e a Emater também poderão fazer. Serão definidos polos de irrigação, iniciando em regiões onde não existem problemas ambientais e conflitos de água, aptos para a irrigação, estabelecendo critérios técnicos de utilização. Estes polos serão definidos a partir de estudos do IAPAR, ADAPAR, EMATER, órgãos ambientais e setor privado. Nestes polos já entram como prioridade a questão energética, onde a COPEL investirá recursos para melhoria de rede, dando continuidade ao desconto no uso noturno e com a política de auxílio para novas redes. Benno chama a atenção que o desconto geral para o setor rural está caindo, sendo que nos próximos cinco anos o rural vai pagar igual o urbano. Esse ano já começa a reduzir vinte por cento ao ano e a tendência é que a energia custe mais caro, assim o produtor tem que pensar porque é um custo elevado nesse sistema, apesar de ter o desconto noturno. Por conta disso entra uma nova linha do governo através da SEAB e da EMATER que é a micro geração de energia, com o produtor gerando a própria energia para resolver e otimizar sua produção. O programa inicia nas regiões de Maringá, Paranavaí, Umuarama e Cianorte, com a previsão de lançamento em Paranavaí na próxima semana. Rogério do INCRA sugere que seja incentivado o uso de painéis solares, considerando que o custo da energia rural tende a subir. Norberto responde que o Paraná está todo mapeado tanto pela COPEL como por Itaipu, na sua capacidade de transformar a irradiação solar em energia, e o governo estadual já anunciou que irá fomentar a energia solar nas instalações públicas, também se discute de forma mais lenta o uso da biomassa, porém não é irracional o uso da energia das hidroelétricas produzida à noite e que está sendo desperdiçada, por isso o Estado assumiu o custo da energia mais barata para o agricultores, desde que utilizada em período noturno. Nilson da FAEP informa que a COPEL irá implantar, com recursos próprios, sistema trifásico em todo o meio rural do Estado. Em sua opinião acredita ser pouco provável que o governo do Estado ceda sobre as isenções do ICMS, mas Norberto informa que já é questão decidida e que vai acontecer. Item 7 - Seminário de ATER Miriam Fuckner da EMATER comenta 253 sobre o seminário de ATER realizado pela Câmara de ATER, o qual contou com a presença 254 de dezoito participantes. O Objetivo do seminário foi analisar a situação da ATER no âmbito 255 federal e estadual sendo realizado um painel para o qual foram convidadas a ANATER, MAPA, 256 ASBRAER, EMATER e SEAB. A ANATER e a EMATER não participaram, a ASBRAER nem 257 258

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251





respondeu ao convite. Estiveram presentes o MAPA através do Diretor do DATER/MAPA Manoel Diniz a SEAB representada pelo Diretor Técnico Rubens Ernesto Niederheitmann que contextualizaram a ATER em nível federal e estadual. Quanto aos encaminhamentos do seminário ficou decidido propor à SEAB a instituição de um grupo de trabalho para formular a Política Estadual de ATER, suas diretrizes, objetivos e forma de operacionalizar esse serviço no Paraná e para isso foi colocado um prazo de sessenta dias, sendo que a proposta da política será apresentado na próxima reunião do CEDRAF que está prevista para o dia seis de novembro. A criação do grupo é prerrogativa da Secretaria da Agricultura, porém o seminário propõe incluir representantes da EMATER e da sociedade civil especificamente as entidades que prestam serviço de ATER. Outro encaminhamento seria a instituição de um grupo de trabalho composto por seis ou sete entidades para elaborar o Programa Estadual de ATER, sendo que será feita uma revisão da regulamentação da lei de ATER e sugerida uma portaria para implementar a política de ATER. O Programa será redigido considerando-se o histórico de participação e levantamento de necessidades de ATER no Paraná através das conferências, Câmaras Técnicas do CEDRAF e entidades representativas dos agricultores e de ATER que encaminham propostas e necessidades em relação ao serviço de ATER, terá por base ainda uma demanda que foi elaborada pela Câmara de ATER e enviada ao MAPA (então MDA), no início do ano passado. O grupo de trabalho se propõe ainda em diagnosticar e mapear a força de profissionais de ATER que atuam nas cooperativas, secretaria municipais, entidades privadas de ATER, identificando aonde e no que estão atuando, para organizar a oferta dos serviços evitando sombreamento ou lacunas no atendimento aos agricultores. Esse trabalho está previsto para noventa dias, sendo que a apresentação do Programa para análise do conselho, programada para dez de dezembro. Também foi debatido sobre a participação do Paraná na RELASER - Rede Latino Americana para Serviços de Extensão Rural, ficando encaminhada a proposta de apresentar nesta reunião do CEDRAF, e que a Câmara vai continuar debatendo o assunto, pois o seminário entendeu importante manter-se conectado à Rede. Item 8 Apresentação da Rede RELASER e aprovação do CEDRAF para o Paraná integrar a Rede: Hur Ben da EMATER relata que participou em uma reunião da Rede avaliando a possibilidade de o Paraná participar, pois há um grande potencial de referência quanto a legislação e estrutura de ATER, além de políticas para a agricultura. Explica que a Rede nasceu a partir do Fórum Global para os Serviços Rurais, um fórum global, que se reúne anualmente que criou as redes regionais, sendo que o nome da rede é Rede Latina Americana para Serviços de Extensão Rural. A missão da Relaser é apoiar a consolidação dos sistemas públicos e privados de extensão rural na América Latina, promovendo o desenvolvimento sustentável, por meio da implementação de suas linhas estratégicas, sendo protagonista na articulação dos espaços, para contribuir com a melhoria da competitividade, sustentabilidade e equidade social dos setores agrícolas, agroalimentares e dos territórios rurais. Fazem parte da RELASER instituições governamentais e privadas de extensão rural, pesquisa e inovação, Ministérios da Agricultura, organizações de agricultores, centros e institutos de pesquisa, associações municipais, universidades, organizações internacionais para alimentação e agricultura, consultores independentes entre outros. As ações desenvolvidas visam estruturar espaços de diálogo e gestão do conhecimento, capacitação de extensionistas e gerar estudos para avaliação de resultados e impacto. Ao Paraná interessa participar da Rede para dar visibilidade às referências que tem gerado em articulação e gestão de ATER e aproveitar o conhecimento gerado através dos debates em nível mundial. A atuação da Rede é principalmente através dos fóruns nacionais organizados em oito países, sendo que o Brasil não aparece, porque o CONDRAF decidiu sobre o tema, embora tenha sediado dois eventos e feito uma diferença significativa. Hur Bem discorre sobre a história da Rede, destacando que o Brasil tem um papel importante porque é o maior serviço de extensão rural público e privado da América Latina, não apenas pelo número de agricultores, mas também pela capacidade instalada de extensão. Hur Ben também falou sobre o projeto FIDA, um Fundo Internacional de Desenvolvimento para a Agricultura, que financiou um projeto para o Fórum Global e a RELASER está sendo contemplada com recursos para fortalecer os fóruns da Colômbia, Costa Rica e Caribe, considerando-se o estágio em que estes países se encontram, na perspectiva de chegar a estabelecer um conselho com diretrizes e redes organizadas promovendo diálogo entre as diferentes instituições públicas e privadas. Com os recursos do FIDA a Rede está agregando expertise através de consultorias nos temas capacitação de

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305 306

307 308

309

310

311

312

313

extensionista, inovação do conhecimento e estudo do impacto e monitoramento da extensão, e que seria muito importante para o Paraná estar integrado a essa discussão, uma vez que também estamos fazendo isto. Assim será possível estabelecer diálogo, participar dos eventos nestes países e planejar eventos aqui. Hur Ben relata que no Plano Pluri Anual deste ano a Emater tem uma meta de capacitação de extensionista que transcende os extensionistas da EMATER, tendo por base uma política de fortalecimento do sistema público e privado. A expectativa é acompanhar como estes países irão se estruturar e como é possível organizar a ação pelo CEDRAF e depois, constituir o Fórum Paraná/ Brasil/RELASER, dando visibilidade ao que está sendo realizado aqui, apresentando trabalhos de referência tanto no Fórum Mundial quanto na Rede. Maria Izabel do SEBRAE relata que esteve na Colômbia com um grupo de produtores reforçando a importância na troca de experiencias em várias áreas, e ressalta que o Paraná é pioneiro em muitas ações que devem ser divulgadas. Amadeu do DESER questiona se a Lei de ATER já é a política, pois em seu artigo primeiro enuncia que "fica criada a política estadual de ATER", mas a mesma lei diz que a "compete a SEAB elaborar a política" ficou essa dúvida de interpretação jurídica no seminário. Como avaliação do seminário observa que esta questão da ATER vai impactar muito na Câmara, pois o que se vê no nível federal é a redução do volume recursos, saindo de um orçamento de seiscentos a oitocentos milhões e a previsão para ano que vem é de cinquenta milhões. Por outro lado, quando se olha para o Estado vem a proposta de fomentar o cooperativismo impactando nas ações de ATER, assim a Câmara de ATER e o CEDRAF passam a ter um papel decisivo em relação a política de ATER. Em relação a RELASER trouxe dúvida se o CEDRAF ou a Câmara se constituiria como esse fórum, mas que houve um consenso forte para não deixar passar esta oportunidade, recomendando ao CEDRAF que houvesse a participação nas atividade da RELASER, mesmo que não seja como um fórum e que a Câmara aprofunde o debate, para então definir como será esta representação. Sergio Guarienti da EMATER propôs para o CEDRAF fazer uma reestruturação da câmara de ATER, aprofundar o debate sobre o tema e trazer uma proposta indicando ao CEDRAF como participar da RELASER. Norberto Ortigara ressalta que a Câmara não é apenas homologadora de pretensões, tem o papel mais abrangente só que não exerce. Existem propostas de encaminhamento, sendo uma a constituições de um grupo de trabalho, com tempo curto, para elaborar a Política de ATER e outra que é a recomposição da Câmara de ATER e a reformulação dos seus propósitos e analisar como o CEDRAF objetivamente participa da Rede, propostas com a qual o Presidente concorda, mas também entende que o prazo noventa dias é longo e sugere que o exame da participação na Rede fosse de mais curto prazo. Esclarece que a Secretaria Executiva vai convidar as entidades para compor a Câmara, e alerta para que haja participação efetiva. A Secretária Executiva reforça que a Câmara de ATER tem como atribuição estruturar o programa de ATER e trabalhar de forma mais abrangente, mas como não tem havido a participação das entidades que a compõe, não avança nas propostas. Norberto reforça que a secretaria executiva de encaminhamento as proposições apresentadas. Item 9 - Informações da Secretaria Executiva Miriam informa sobre o retorno dos ofícios encaminhados ao MAPA e Ministério da Cidadania, para a CONAB, para os deputados, os quais foram para conhecimento dos conselheiros. O Ministério de Desenvolvimento Social respondeu sobre o PAA informando que tiveram contingenciamento de mais de quarenta por cento da dotação orçamentária prevista para o ano, mas embora não repassem recursos os diretos para a CONAB possuem termos de adesão firmados com oitenta e dois municípios no Paraná, com previsão de mais de cinquenta e sete resultando em um repasse de mais de nove milhões de recursos pactuados, tendo sido pagos aos agricultores neste ano cinco milhões e setecentos mil, e que nesse momento não há condições de pactuar diretamente com a CONAB. Com relação aos ofícios referente às políticas para comunidades tradicionais e a questão da assistência técnica e extensão rural que foi para ANATER e MAPA, não houve resposta, mas, em contrapartida, ocorreu o movimento concreto da ANATER de chamar as entidades para repactuar os contratos. Os ofícios referentes à PL do veneno encaminhado para conhecimento de todos os conselheiros não houve retorno. Item 10. Informes do Secretário da Agricultura e do abastecimento e Presidente do CEDRAF: Norberto relembra que o Parana está buscando conquistar o fim da vacinação da aftosa, ressaltando que a declaração poderá neste mês de setembro e que por este motivo aconteceram dois eventos importantes, um com a presença

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359 360

361

362 363

364

365

366

367

368

369 370





de aproximadamente duas mil pessoas entre agricultores e lideranças, em audiência pública, na assembleia legislativa. Outro em São José dos Pinhais, simulando como se fosse um caso real, durante uma semana, com a presença de representantes de todos os estados do Brasil, do Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile e Bolívia, sendo que todos ficaram satisfeitos com a capacidade de ação do Estado. No final de agosto iniciaram as obras da última barreira física para monitoramento de trânsito da BR 116, depois do Rio Capivari Cachoeira e também a autorização do concurso público para mais oitenta profissionais, trinta médicos veterinários, cinquenta técnicos agrícolas, para reforçar a capacidade de ação quando suspender a vacinação. Com estas providências tomadas tem a expectativa de até o final do ano obter a declaração definitiva de área livre e usar outros mecanismos para monitoramento da extinta enfermidade. Existem três razões para esta decisão: primeiro para de gastar dinheiro com vacinação para uma doença que não existe mais e se houver um novo foco tem remédio que resolve a questão em noventa dias; segundo abrir perspectiva de mercado para a produção do Estado especialmente no setor de carnes e lácteos para exportar para o mundo; terceiro é importante e inteligente adotar uma medida protetiva de estabelecer o Estado como zona única, apartado do restante do Brasil. A Ministra Tereza Cristina está em acordo para evoluir nesta proposta e estão sendo tomar as providências para que a OIR reconheça o Paraná como zona única ou no mínimo integrado ao Rio Grande e Santa Catarina que já são reconhecidas e apartados dos demais estado. Item 12 - Encerramento: Sem mais nada a declarar a reunião foi encerrada agradecendo a presença dos conselheiros e demais participantes. Eu Miriam Fuckner, Secretária Executiva, redigi a presente ata que deverá correção e aprovação dos conselheiros análise, assinada por mim e pelo Presidente do CEDRAF.

396 397 Miriam Juckner

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

398

Secretaria Executiva

Norberto Anacleto Ortigara Presidente do CEDRAF